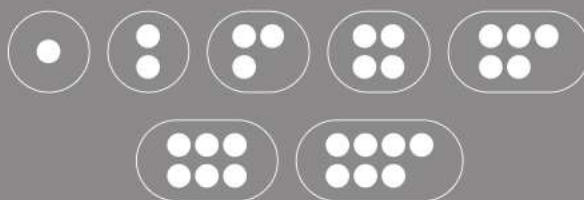


1^a
MARA
TONA 
QCONCURSOS

G A B A R I T O

Núcleo Comum

Blocos de 1 a 7



CONHECIMENTOS GERAIS

01. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabelece o direito fundamental de acesso à informação pública pelos cidadãos, garantindo o acesso a documentos públicos a qualquer pessoa, física ou jurídica. O objetivo principal dessa Lei é, assim, promover a transparência na gestão pública, fortalecendo a democracia e possibilitando o controle social sobre as ações do governo. No caso do eventual indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, o interessado poderá interpor recurso contra a decisão no prazo de

- a) 10 dias, a contar da ciência do indeferimento;
- b) 5 dias, a contar da ciência do indeferimento;
- c) 15 dias, a contar da ciência do indeferimento;
- d) 10 dias, a contar da data do indeferimento;
- d) 15 dias, a contar da data do indeferimento;

GABARITO: A.

COMENTÁRIO: de acordo com o art. 15 da Lei de Acesso à Informação, no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 dias a contar da sua ciência.

02. Segundo a Lei de Acesso à Informação, são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam, por exemplo, pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional ou prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação levando em consideração sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade ou do Estado, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

- a) ultrassecreta: 25 anos; secreta: 15 anos; e reservada: 5 anos.
- b) ultrassecreta: 50 anos; secreta: 15 anos; e reservada: 5 anos.
- c) ultrassecreta: 50 anos; secreta: 10 anos; e reservada: 5 anos.
- d) supersecreta: 25 anos; secreta: 10 anos; e reservada: 3 anos.
- e) supersecreta: 25 anos; secreta: 15 anos; e reservada: 5 anos.

GABARITO: A.

COMENTÁRIO: o art. 24, § 1º, da Lei de Acesso à informação, prevê que os prazos máximos são: I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos; II - secreta: 15 (quinze) anos; e III - reservada: 5 (cinco) anos.

03. O federalismo e a descentralização de políticas públicas no Brasil têm sido temas de debate constante no campo político e acadêmico. Neste contexto, compreender a relação entre esses conceitos é essencial para analisar como as políticas são formuladas e implementadas em diferentes níveis de governo. Qual das seguintes afirmações melhor descreve a relação entre federalismo e descentralização de políticas públicas no Brasil?

- A) O federalismo brasileiro promove a centralização das políticas públicas em nível nacional.
- B) A descentralização de políticas públicas no Brasil é inexistente devido à natureza centralizadora do Estado.
- C) O federalismo brasileiro permite que as políticas públicas sejam exclusivamente desenvolvidas e implementadas pelos governos estaduais.
- D) A descentralização de políticas públicas no Brasil pode ser percebida de diversos dispositivos constitucionais, como por exemplo na formulação do sistema único de saúde.
- E) O federalismo no Brasil resulta na implementação de políticas uniformes em todos os estados, sem diferenciação local.

GABARITO: D

COMENTÁRIO: No contexto do federalismo e da descentralização de políticas públicas no Brasil, a alternativa D é a única correta. A implementação bem-sucedida de programas nacionais depende da colaboração entre os diversos entes federativos - União, estados e municípios. Essa cooperação é essencial para garantir que as políticas sejam adaptadas às necessidades locais e para promover uma distribuição mais equitativa dos recursos e responsabilidades.

04. No Brasil, diversos sistemas de programas nacionais foram estabelecidos para abordar questões sociais, econômicas e ambientais em todo o país. Esses sistemas desempenham um papel fundamental na descentralização de políticas públicas, distribuindo responsabilidades entre os diferentes entes federativos. Nesse sentido, como podemos definir a principal implicação da descentralização de políticas públicas no Brasil em relação à organização e ao funcionamento dos sistemas de programas nacionais?

- A) A descentralização aumenta a eficiência da implementação de programas nacionais.
- B) A descentralização dificulta a coordenação entre os diferentes níveis de governo.
- C) A descentralização reduz a responsabilidade dos municípios na execução de programas nacionais.
- D) A descentralização fortalece o controle da União sobre os programas nacionais.
- E) A descentralização limita a participação dos estados na formulação de programas nacionais.

GABARITO: A

COMENTÁRIO: A) Correta. A descentralização pode aumentar a eficiência da implementação de programas nacionais, permitindo que os entes federativos adaptem as políticas às necessidades locais e mobilizem recursos de forma mais eficaz. B) Incorreta. Embora a descentralização possa apresentar desafios de coordenação, ela também permite uma resposta mais ágil e adaptável às necessidades locais, não necessariamente dificultando a coordenação. C) Incorreta. A descentralização aumenta a responsabilidade dos municípios na execução de programas nacionais, pois lhes confere maior autonomia na gestão desses programas em seus territórios. D) Incorreta. A descentralização tende a diminuir o controle centralizado da União sobre os programas nacionais, concedendo maior autonomia aos estados e municípios na implementação desses programas. E) Incorreta. A descentralização não limita a participação dos estados na formulação de programas nacionais, mas sim amplia sua influência na gestão e implementação desses programas em nível local.

05. Os municípios brasileiros são componentes essenciais do sistema federativo do país e desempenham um papel importante na implementação de políticas públicas. Com autonomia administrativa e competências definidas pela Constituição, os municípios têm o poder de adaptar as políticas às suas realidades locais. Das alternativas a seguir, qual é o papel dos municípios brasileiros no contexto da descentralização de políticas públicas?

- A) Executar políticas públicas federais e estaduais sem autonomia local.
- B) Desenvolver políticas públicas exclusivamente de interesse municipal.
- C) Implementar políticas públicas apenas mediante autorização expressa do governo estadual.
- D) Colaborar na implementação de políticas públicas estaduais e federais, adaptando-as às necessidades locais.
- E) Ignorar as políticas públicas nacionais e estaduais em favor de uma abordagem localizada.

GABARITO: D

COMENTÁRIO: A) Incorreta. Os municípios têm autonomia para adaptar políticas públicas às suas realidades locais, mas não executam políticas federais e estaduais sem autonomia local. B) Incorreta. Embora os municípios possam desenvolver políticas públicas de interesse local, eles também colaboram na implementação de políticas estaduais e federais. C) Incorreta. Embora os municípios possam implementar políticas públicas em parceria com os governos estaduais, não é necessária uma autorização expressa para tal. D) Correta. Os municípios têm um papel importante na descentralização de políticas públicas, colaborando na implementação de políticas estaduais e federais e adaptando-as às necessidades locais. E) Incorreta. Os municípios não podem simplesmente ignorar as políticas públicas nacionais e estaduais, mas têm a autonomia para adaptá-las às suas realidades locais.

06. No federalismo brasileiro, a implementação de programas nacionais requer uma cooperação eficaz entre os diferentes níveis de governo. Com responsabilidades compartilhadas e competências definidas, a adaptação das políticas aos contextos locais é essencial para o sucesso da descentralização. Como o federalismo no Brasil influencia a implementação de programas nacionais?

- A) Centralizando todas as políticas em nível nacional para maior eficiência.
- B) Permitindo que cada estado desenvolva seus próprios programas independentemente.
- C) Limitando a aplicação dos programas nacionais a apenas algumas regiões específicas do país.
- D) Estabelecendo a cooperação entre os diferentes níveis de governo para adaptar os programas às necessidades locais.
- E) Excluindo a participação dos governos estaduais na implementação de programas nacionais.

GABARITO: D

COMENTÁRIO: O federalismo no Brasil é fundado, essencialmente, na cooperação entre os diferentes níveis de governo para adaptar os programas às necessidades locais, sem que percam seu espaço de autonomia.

07. Embora a descentralização de políticas públicas traga benefícios em termos de adaptabilidade e responsividade, também apresenta desafios significativos. Identificar e superar esses desafios é fundamental para garantir que as políticas atendam efetivamente às necessidades da população em todo o país. Nesse sentido, que desafio pode ser identificado com o principal entrave a descentralização de políticas públicas no Brasil?

- A) Falta de recursos financeiros alocados para os governos estaduais e municipais.
- B) Resistência dos governos estaduais em colaborar com o governo federal.
- C) Inexistência de competências compartilhadas entre os diferentes níveis de governo.
- D) Dificuldade em adaptar as políticas públicas nacionais às necessidades específicas de cada região.
- E) Falta de interesse dos municípios em participar da implementação de programas nacionais.

GABARITO: D

COMENTÁRIO: um dos principais desafios na descentralização de políticas públicas no Brasil é a dificuldade em adaptar as políticas nacionais às necessidades específicas de cada região.

08. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal estabelece os princípios éticos e as normas de conduta que devem ser observadas pelos servidores públicos no exercício de suas funções. Ele visa promover a integridade, a moralidade e a eficiência na administração pública. Entre os deveres impostos aos servidores, podemos apontar corretamente:

- a) retardar apenas eventualmente a prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo;
- b) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;
- c) ter respeito à hierarquia, com algum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal;
- d) ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência eventual não provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema;
- e) comunicar eventualmente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis;

GABARITO: B

COMENTÁRIO: o dever de tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público está expresso no número XIV, alínea e do Código de Ética.

09. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal estabelece regras de conduta para os servidores, especialmente determinando comportamentos proibidos no âmbito da administração pública. Entre as proibições expressamente previstas podemos apontar:

- a) utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister;
- b) retirar da repartição pública, mesmo legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público;
- c) apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele;
- d) desviar servidor público para atendimento a interesse particular;
- e) usar do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter favorecimento, desde que pra si próprio;

GABARITO: D

COMENTÁRIO: a alternativa reproduz corretamente a proibição constantes do número XV, alínea j do Código de Ética.

10. A Lei 14.129, de 29 de março de 2021, dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública. De acordo com o texto dessa Lei, ela é aplicada:

- a) aos órgãos da administração pública direta federal, abrangendo os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, excluindo o Tribunal de Contas da União, e o Ministério Público da União;
- b) aos órgãos da administração pública direta federal, abrangendo os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas da União, mas excluindo o Ministério Público da União;
- c) aos órgãos da administração pública direta federal, abrangendo os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo o Ministério Público da União, mas excluindo o Tribunal de Contas da União;
- d) aos órgãos da administração pública direta federal, abrangendo os Poderes Executivo e Judiciário, mas não o Poder Legislativo;
- e) os órgãos da administração pública direta federal, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo, mas não o Poder Judiciário.

GABARITO: A

COMENTÁRIO: de acordo com o art. 2º, I, da Lei 14.129, de 29 de março de 2021, ela será aplicada aos órgãos da administração pública direta federal, abrangendo os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União, e o Ministério Público da União.

11. Leia as assertivas a seguir:

- I - a possibilidade aos cidadãos, às pessoas jurídicas e aos outros entes públicos de demandar e de acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial;
- II - a transparência na execução dos serviços públicos e o monitoramento da qualidade desses serviços;
- III - o incentivo à participação social no controle e na fiscalização da administração pública;
- IV - o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos;
- V - o uso de linguagem técnica em qualquer caso, mesmo que de difícil compreensão a qualquer cidadão.

De acordo com a Lei 14.129, de 29 de março de 2021, são princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública aqueles representados em:

- I, III, IV e V, apenas.
- I, II, III e V, apenas.
- I, II e III, apenas.
- I, II, III, IV e V.
- I, II, III e IV, apenas.

GABARITO: E

COMENTÁRIO: As assertivas I, II, III e IV estão de acordo com o texto do art. 3º da Lei 14.129, de 29 de março de 2021; a assertiva V, contudo, contradiz o disposto no inciso VII, do mesmo artigo, que prevê: VII - o uso de linguagem clara e compreensível a qualquer cidadão.

12. No sistema político brasileiro, a divisão e coordenação de Poderes da República desempenham um papel fundamental na manutenção do equilíbrio e na garantia do funcionamento democrático do Estado. Essa estrutura de poder, delineada na Constituição Federal, atribui funções específicas a cada um dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Nesse contexto, compreender as atribuições e responsabilidades de cada poder é essencial para entender o funcionamento do sistema político e suas implicações na governabilidade do país. Qual é o papel do Poder Legislativo no sistema de divisão e coordenação de Poderes da República, conforme previsto na Constituição Federal de 1988?

A) O Poder Legislativo, composto pelo Congresso Nacional, tem como principal atribuição a elaboração, modificação e revogação das leis que regem o país. Essa função é exercida por meio do processo legislativo, que envolve a discussão, votação e promulgação de leis pelos parlamentares, garantindo a participação popular na definição das normas que orientam a sociedade.

B) Compete ao Poder Legislativo a execução das leis aprovadas pelo Poder Executivo, cabendo aos parlamentares a responsabilidade de garantir que essas leis sejam devidamente implementadas e cumpridas em todo o território nacional.

C) Uma das funções do Poder Legislativo é julgar os atos do Poder Judiciário, garantindo a observância dos princípios constitucionais e a legalidade das decisões proferidas pelos magistrados em todas as instâncias judiciais.

D) O Poder Legislativo é responsável pela administração das políticas públicas do Estado, coordenando e executando as ações governamentais voltadas para o bem-estar da população e o desenvolvimento socioeconômico do país.

E) Compete ao Poder Legislativo unicamente fiscalizar as contas e ações do Poder Executivo, garantindo a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, bem como o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos pelo governo federal.

GABARITO: A

COMENTÁRIO: De fato, o Poder Legislativo, representado pelo Congresso Nacional, desempenha um papel fundamental na elaboração, modificação e revogação das leis que regem o país. Essa função legislativa é essencial para garantir a participação popular na definição das normas que orientam a sociedade, sendo exercida por meio do processo legislativo, que envolve discussão, votação e promulgação de leis pelos parlamentares. Ao compreender essa atribuição do Poder Legislativo, podemos perceber sua importância no equilíbrio e na coordenação de poderes da República, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. As demais alternativas apresentam descrições inadequadas das responsabilidades do Poder Legislativo, não correspondendo à sua real função no sistema político brasileiro. A alternativa E, embora aponte função do poder legislativo, esta incorreta ao definir como único papel a fiscalização.

13. O Poder Executivo desempenha um papel crucial na condução e execução das políticas públicas do país, sendo responsável pela gestão dos interesses coletivos e pela administração dos recursos estatais. Essa atribuição é conferida ao presidente da República, chefe de Estado e chefe de governo, eleito pelo voto popular para um mandato de quatro anos, com possibilidade de reeleição por uma vez. Nesse contexto, compreender as funções e responsabilidades do Poder Executivo é fundamental para compreender o funcionamento do sistema político brasileiro. Qual é uma das principais atribuições do Poder Executivo, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988?

A) O Poder Executivo é responsável por julgar os atos do Poder Legislativo, garantindo a observância dos princípios constitucionais e a legalidade das decisões proferidas pelo Congresso Nacional.

B) Compete ao Poder Executivo a elaboração, modificação e revogação das leis que regem o país, garantindo a participação popular na definição das normas que orientam a sociedade.

C) Uma das funções do Poder Executivo é fiscalizar as contas e ações do Poder Judiciário, assegurando a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

D) O Poder Executivo tem como atribuição executar as leis aprovadas pelo Poder Legislativo, implementando e cumprindo as políticas públicas em todo o território nacional.

E) Compete ao Poder Executivo coordenar e administrar as atividades parlamentares do Congresso Nacional, garantindo a eficiência e a ordem no processo legislativo.

GABARITO: D

COMENTÁRIO: Conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, uma das principais atribuições do Poder Executivo é a execução das leis aprovadas pelo Poder Legislativo. Isso significa que cabe ao presidente da República e aos órgãos governamentais sob sua responsabilidade implementar e cumprir as políticas públicas, garantindo que as leis sejam efetivamente aplicadas em todo o território nacional. Essa função é essencial para assegurar o funcionamento do Estado e a promoção do bem-estar da população, sendo uma das bases do sistema político brasileiro. As demais alternativas apresentam atribuições que não correspondem ao papel do Poder Executivo, conforme previsto na Constituição.

14. O Poder Judiciário, único dos três poderes previstos na Constituição Federal de 1988, inerte, tem como papel principal a aplicação da lei ao caso concreto. Nesse contexto, qual é o principal papel do Poder Judiciário no sistema de divisão e coordenação de Poderes da República?

A) Compete ao Poder Judiciário a elaboração e aprovação das leis que regem o país, garantindo a observância dos princípios constitucionais e a legalidade das normas vigentes.

B) O Poder Judiciário é responsável pela execução das leis aprovadas pelo Poder Legislativo, garantindo que sejam devidamente implementadas e cumpridas em todo o território nacional.

C) Uma das funções do Poder Judiciário é fiscalizar as contas e ações do Poder Executivo, garantindo a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

D) Compete ao Poder Judiciário julgar os atos do Poder Executivo e do Poder Legislativo, garantindo a observância da Constituição e a legalidade das decisões tomadas pelos demais poderes.

E) O Poder Judiciário é responsável pela administração das políticas públicas do Estado, coordenando e executando as ações governamentais voltadas para o bem-estar da população e o desenvolvimento socioeconômico do país.

GABARITO: D

COMENTÁRIO: O principal papel do Poder Judiciário no sistema de divisão e coordenação de Poderes da República é exercer a função de julgamento dos atos praticados pelos demais poderes, incluindo o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Essa função visa garantir que as ações dos outros poderes estejam em conformidade com a Constituição Federal e com as leis do país, assegurando, assim, a legalidade e o respeito ao Estado Democrático de Direito. O Judiciário atua como guardião da Constituição e dos direitos fundamentais dos cidadãos, garantindo que nenhum poder exceda seus limites constitucionais e que todos estejam sujeitos ao império da lei. As demais alternativas apresentam atribuições que não correspondem ao papel do Poder Judiciário na estrutura de divisão de poderes da República.

15. No Brasil a luta contra as discriminações, desigualdades e injustiças é uma pauta central para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Questões relacionadas à renda, região, raça, idade, gênero e outras formas de discriminação permeiam o tecido social e impactam diretamente a vida de milhões de pessoas. Nesse contexto, as políticas públicas desempenham um papel crucial no enfrentamento desses desafios, buscando promover a equidade, a justiça social e o respeito aos direitos humanos. Entender o papel dessas políticas na mitigação das desigualdades e na promoção da inclusão é fundamental para o avanço rumo a uma sociedade mais igualitária e democrática. Qual é o papel das políticas públicas no combate às discriminações, desigualdades e injustiças de renda, regional, racial, etária e de gênero?

A) As políticas públicas devem priorizar apenas a diminuição das desigualdades de renda, uma vez que as demais formas de discriminação não são relevantes para o desenvolvimento social.

B) Cabe às políticas públicas apenas combater as desigualdades regionais, deixando as outras formas de discriminação para serem enfrentadas pela sociedade civil.

C) O principal objetivo das políticas públicas é garantir a igualdade de gênero, enquanto as outras formas de discriminação são secundárias.

D) As políticas públicas devem adotar uma abordagem integrada, considerando todas as formas de discriminação e desigualdade, buscando promover a equidade e a justiça social.

E) As políticas públicas não têm o poder de combater as discriminações e desigualdades, pois esses problemas são

naturais da sociedade e devem ser enfrentados individualmente pelos cidadãos.

GABARITO: D

COMENTÁRIO: Essa questão sobre o tema “Combate às discriminações, desigualdades e injustiças” tem como objetivo avaliar o conhecimento do candidato sobre as políticas públicas voltadas para promover a equidade e a justiça social. Vamos analisar o gabarito comentado para essa questão: **A) Incorreto.** As políticas públicas devem abordar todas as formas de discriminação e desigualdade, não apenas a renda. É importante considerar a interseccionalidade desses problemas para promover uma abordagem mais abrangente. **B) Incorreto.** Embora as políticas públicas também devam abordar as desigualdades regionais, elas não devem se limitar a esse aspecto. É fundamental considerar todas as formas de discriminação para promover uma sociedade mais justa e igualitária. **C) Incorreto.** Embora a igualdade de gênero seja um dos objetivos das políticas públicas, é importante considerar também outras formas de discriminação e desigualdade. Uma abordagem integrada é essencial para promover a equidade e a justiça social. **D) Correto.** As políticas públicas devem adotar uma abordagem integrada, considerando todas as formas de discriminação e desigualdade, como renda, região, raça, idade e gênero. Somente dessa forma é possível promover a equidade e a justiça social. **E) Incorreto.** As políticas públicas desempenham um papel crucial no combate às discriminações e desigualdades, sendo essenciais para promover uma sociedade mais justa e igualitária. Deixar esses problemas apenas para os cidadãos resolverem individualmente não é uma abordagem eficaz.

Portanto, o gabarito correto é a alternativa D. As políticas públicas devem adotar uma abordagem integrada, considerando todas as formas de discriminação e desigualdade, buscando promover a equidade e a justiça social.

16. O tema do desenvolvimento sustentável, meio ambiente e mudança climática é de extrema relevância no cenário global contemporâneo. Com o aumento da conscientização sobre os impactos das atividades humanas no meio ambiente e as consequências das mudanças climáticas, tornou-se imperativo adotar medidas que promovam um desenvolvimento equilibrado, capaz de garantir a qualidade de vida das gerações presentes sem comprometer os recursos e as condições de vida das gerações futuras. Nesse contexto, qual é a relação entre o desenvolvimento sustentável, o meio ambiente e a mudança climática?

- A) O desenvolvimento sustentável prioriza o crescimento econômico em detrimento da preservação ambiental, ignorando as preocupações com a mudança climática.
- B) O meio ambiente é uma preocupação secundária no desenvolvimento sustentável, que se concentra principalmente na maximização dos lucros das empresas.
- C) A mudança climática é um fenômeno natural que não está relacionado ao desenvolvimento sustentável ou à preservação do meio ambiente.
- D) O desenvolvimento sustentável busca equilibrar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente, reconhecendo a importância de mitigar os impactos da mudança climática.
- E) O meio ambiente e a mudança climática são questões exclusivas de responsabilidade individual, não devendo ser consideradas no desenvolvimento sustentável.

GABARITO: D

COMENTÁRIO: O desenvolvimento sustentável visa garantir a satisfação das necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Isso implica considerar tanto os aspectos econômicos quanto os ambientais e sociais. Portanto, o desenvolvimento sustentável reconhece a interdependência entre o crescimento econômico, a preservação do meio ambiente e a necessidade de enfrentar os desafios impostos pela mudança climática.

17. O presidencialismo é um sistema de governo em que o chefe de Estado e chefe de governo é o presidente, eleito pelo voto popular. Nesse sistema, o presidente possui poderes executivos amplos e independentes do Legislativo, sendo responsável pela condução das políticas públicas, administração do Estado e representação nacional e internacional. Essa forma de governo é adotada por diversos países ao redor do mundo, como os Estados Unidos e o Brasil, cada um com suas particularidades e características específicas. No presidencialismo, o presidente é o líder máximo do país e exerce um papel central na condução dos destinos da nação. Nesse sentido, qual é uma característica central do presidencialismo como sistema de governo?

- A) O presidente é eleito pelo Parlamento e exerce funções executivas e legislativas.
- B) O presidente é eleito diretamente pelo povo e possui amplos poderes executivos, com pouca influência do

Legislativo.

- C) O presidente é nomeado pelo tribunal eleitoral e tem suas ações limitadas pela vontade popular.
- D) O presidente é escolhido por um conselho de ministros e compartilha igualdade de poderes com os demais membros.
- E) O presidente é eleito indiretamente pelos governadores dos estados e suas decisões são submetidas a referendo popular.

GABARITO: B

COMENTÁRIO: No presidencialismo, o chefe de Estado, o presidente, é eleito pelo voto popular e exerce funções executivas de forma independente do Legislativo. Ele tem amplos poderes para tomar decisões e implementar políticas públicas, o que contrasta com o sistema parlamentarista, onde o chefe de governo é escolhido pelo Parlamento e tem suas ações mais limitadas.

18. No contexto do Estado democrático de direito, a institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado representa um marco fundamental para a proteção e promoção dos direitos fundamentais dos cidadãos. Essa abordagem reconhece que a garantia dos direitos humanos não pode depender exclusivamente da vontade política de determinados governantes, mas deve ser assegurada de forma contínua e sistemática, independentemente das mudanças de governo. Qual é o papel da institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado na garantia e promoção dos direitos fundamentais dos cidadãos?

- A) A institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado contribui para a efetivação dos direitos fundamentais ao garantir que essas políticas sejam uma prioridade contínua, independentemente das mudanças de governo.
- B) A institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado é desnecessária, uma vez que essas questões devem ser tratadas exclusivamente por organizações não governamentais e entidades da sociedade civil.
- C) A institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado é importante apenas para cumprir as obrigações internacionais do país, não tendo impacto significativo na proteção dos direitos dos cidadãos.
- D) A institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado é uma forma de centralizar o poder nas mãos do governo, prejudicando a participação da sociedade civil na definição e implementação dessas políticas.
- E) A institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado é uma ameaça à democracia, pois concentra poder nas mãos de poucos, limitando a diversidade de perspectivas e ações na promoção dos direitos humanos.

GABARITO: A

COMENTÁRIO: A) Correto. A institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado garante que essas questões sejam tratadas como uma prioridade contínua, independentemente das mudanças de governo. Isso contribui para a efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos e para a consolidação da democracia. B) Incorreto. A institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado é fundamental para garantir a continuidade e a eficácia das ações em prol dos direitos humanos. Embora as organizações não governamentais e entidades da sociedade civil tenham um papel importante, o Estado também deve assumir responsabilidades nessa área. C) Incorreto. A institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado vai além das obrigações internacionais do país. Ela é essencial para garantir a proteção dos direitos dos cidadãos em nível nacional, independentemente das pressões externas. D) Incorreto. A institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado não busca centralizar o poder, mas sim garantir a participação e o envolvimento de diversos atores sociais na promoção e proteção dos direitos humanos. Ela fortalece a democracia ao incluir diferentes perspectivas e vozes na formulação e implementação das políticas. E) Incorreto. Pelo contrário, a institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado é essencial para fortalecer a democracia, ao garantir a proteção dos direitos fundamentais de todos os cidadãos. Ela promove a diversidade de perspectivas e contribui para uma sociedade mais inclusiva e justa.

19. O Decreto 11.529, de 16 de maio de 2023, instituiu o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal. Entre as competências do órgão central desse sistema, pode-se apontar:

- a) coordenar a estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade;
- b) promover, em coordenação com as áreas responsáveis pelas funções de integridade, a orientação e o treinamento, no âmbito do órgão ou da entidade, em assuntos relativos ao programa de integridade;
- c) elaborar e revisar, periodicamente, o plano de integridade;
- d) coordenar a gestão dos riscos para a integridade;
- e) planejar, coordenar, executar e monitorar a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal;

GABARITO: E

COMENTÁRIO: entre as afirmativas a única que é do órgão central é a alternativa E (cf. art. 7º, VIII, do Decreto). As demais afirmativas são competências das unidades setoriais (cf. art. 8º do Decreto).

20. O tema da efetivação e reparação de Direitos Humanos, especialmente no contexto de memória, autoritarismo e violência de Estado, é de extrema importância para a consolidação da democracia e para o enfrentamento do passado marcado por graves violações. Nesse sentido, políticas públicas que buscam reparar danos, promover a justiça e prevenir a repetição de atrocidades desempenham um papel fundamental. Essas medidas não apenas visam reconhecer as vítimas e suas histórias, mas também fortalecer os alicerces do Estado de direito e da democracia, assegurando que as violações sejam enfrentadas de forma transparente e eficaz. A compreensão e o enfrentamento do legado de autoritarismo e violência de Estado são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Qual é o papel da efetivação e reparação de Direitos Humanos em contextos de memória, autoritarismo e violência de Estado?

- A) A efetivação e reparação de Direitos Humanos são irrelevantes em situações de memória, autoritarismo e violência de Estado, uma vez que esses são problemas do passado e não afetam mais a sociedade atual.
- B) A efetivação e reparação de Direitos Humanos devem ser exclusivamente responsabilidade das organizações não governamentais, pois o Estado não deve se envolver em questões históricas.
- C) A efetivação e reparação de Direitos Humanos são necessárias para enfrentar o legado de violações do passado, promover a justiça e prevenir a repetição de atrocidades no futuro.
- D) A efetivação e reparação de Direitos Humanos devem ser limitadas apenas à punição de indivíduos responsáveis por violações, ignorando a necessidade de reconhecer o sofrimento das vítimas e promover medidas de reparação simbólica.
- E) A efetivação e reparação de Direitos Humanos devem ser deixadas inteiramente aos tribunais internacionais, pois o Estado não possui recursos para lidar com questões relacionadas à memória, autoritarismo e violência de Estado.

GABARITO: C

COMENTÁRIO: A efetivação e reparação de Direitos Humanos desempenham um papel crucial em contextos de memória, autoritarismo e violência de Estado. Essas medidas não apenas buscam reparar os danos causados às vítimas, mas também promover a justiça, reconhecer as violações ocorridas, prevenir sua repetição e fortalecer o Estado de direito e a democracia. Ignorar ou negligenciar essas questões pode perpetuar o ciclo de impunidade e injustiça, minando os fundamentos da democracia e da coexistência pacífica na sociedade.

21. Os ciclos de políticas públicas são um modelo teórico que descreve as etapas pelas quais as políticas governamentais passam, desde a identificação de um problema até a sua implementação, avaliação e possível revisão. Esses ciclos ajudam a compreender como as decisões políticas são tomadas e como as políticas afetam a sociedade. Compreender esses ciclos é essencial para gestores públicos e formuladores de políticas, pois fornece uma estrutura para abordar problemas sociais, econômicos e políticos de forma eficaz e eficiente. Qual o objetivo principal dos ciclos de políticas públicas e como eles influenciam a tomada de decisões governamentais?

- A) Os ciclos de políticas públicas visam apenas à implementação de programas governamentais, sem considerar a fase de avaliação e feedback.

- B) Os ciclos de políticas públicas são uma abordagem teórica que não possui aplicabilidade prática na gestão pública.
- C) Os ciclos de políticas públicas compreendem as etapas de formulação, implementação, avaliação e revisão de políticas, contribuindo para um processo mais eficaz e democrático de tomada de decisões governamentais.
- D) Os ciclos de políticas públicas são exclusivamente guiados pela vontade política dos governantes, sem considerar a participação da sociedade civil.
- E) Os ciclos de políticas públicas são aplicados apenas em países desenvolvidos, não sendo relevantes para contextos em desenvolvimento.

GABARITO: C

COMENTÁRIO: Os ciclos de políticas públicas são modelos teóricos que descrevem o processo de formulação, implementação, avaliação e revisão de políticas governamentais. Eles ajudam a compreender como as políticas são desenvolvidas ao longo do tempo, desde a identificação de um problema até a implementação de soluções e a revisão do impacto dessas políticas. Ao considerar todas as etapas do ciclo, os governos podem tomar decisões mais informadas e democráticas, envolvendo a sociedade civil e promovendo uma governança mais eficaz.

22. Levando em consideração o Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, é correto afirmar:

- a) considera-se governança pública os produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos;
- b) considera-se valor público o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;
- c) uma das diretrizes da governança pública é direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades;
- d) entre os mecanismos para o exercício da governança pública, o controle compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido
- e) entre os mecanismos para o exercício da governança pública, a estratégia compreende processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.

GABARITO: C

COMENTÁRIO: A alternativa é a única de acordo com texto do Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, mais especificamente o art. 4º, I. As alternativas A e B invertem os conceitos, assim como as alternativas D e E.

23. No âmbito da administração pública, a ética e a observância dos princípios e valores estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 desempenham um papel fundamental. O art. 37 da Constituição estabelece os princípios que devem reger a atuação dos servidores públicos, visando garantir a eficiência, a transparência e a legalidade na prestação dos serviços à sociedade. Nesse contexto, é essencial compreender os direitos e deveres dos servidores públicos à luz desses princípios, bem como a importância de sua observância para a construção de uma administração pública ética e eficaz. Analise as afirmativas abaixo e assinale aquela que representa corretamente o papel dos princípios e valores éticos do serviço público, bem como dos direitos e deveres dos servidores, conforme estabelecido no art. 37 da Constituição Federal de 1988:

- a) Os princípios e valores éticos do serviço público servem apenas como diretrizes opcionais, sem obrigação de cumprimento pelos servidores públicos.
- b) Os servidores públicos têm o direito de agir de acordo com seus interesses pessoais, independentemente dos princípios éticos estabelecidos pela Constituição.

- c) O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que os servidores públicos não têm direitos ou deveres específicos, sendo livres para agir conforme sua própria consciência.
- d) Os princípios e valores éticos do serviço público estabelecidos pelo artigo 37 devem nortear a conduta dos servidores, que têm o dever de pautar suas ações pela moralidade, legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.
- e) O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 não menciona direitos ou deveres dos servidores públicos, apenas regulamenta a organização e o funcionamento da administração pública.

GABARITO: D

COMENTÁRIO: O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios que regem a administração pública no Brasil. Dentre esses princípios, destacam-se a moralidade, legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, que devem orientar a conduta dos servidores públicos. Portanto, é dever dos servidores agir de acordo com esses princípios éticos, garantindo a prestação de um serviço público de qualidade e atendendo aos interesses da sociedade.

24. Levando em consideração o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal criado pelo Decreto 11.529/2023, assinale a alternativa que não representa princípios e objetivos da Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal:

- a) primariedade, integralidade, autenticidade e atualidade das informações disponibilizadas;
- b) tempestividade no provimento de informações;
- c) utilização de linguagem acessível e de fácil compreensão;
- d) ênfase na transparência ativa como forma de atender ao direito das pessoas físicas e jurídicas de terem acesso às informações e aos dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal;
- e) foco nas políticas de sigilo do Estado para definição de prioridades de transparência ativa e abertura de dados e informações;

GABARITO: E

COMENTÁRIO: a assertiva E representa incorretamente um princípio da Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, haja vista que o correto seria, de acordo com o inciso VIII, do art. 11 que o foco deve ser no cidadão para definição de prioridades de transparência ativa e abertura de dados e informações.

25. A participação política e a representatividade são aspectos fundamentais para o funcionamento democrático de um país. No Brasil, esses temas ganham relevância diante da diversidade de interesses e da complexidade do sistema político. A participação política engloba uma série de atividades e formas de envolvimento dos cidadãos na vida pública, desde o voto nas eleições até a participação em movimentos sociais e debates sobre políticas públicas. Por outro lado, a representatividade está relacionada à capacidade dos representantes eleitos de defender os interesses da sociedade e tomar decisões em seu nome. Nesse contexto, é importante compreender a relação entre participação política e representatividade para avaliar o grau de democracia e inclusão política em um país. Como, então, podemos caracterizar a participação política e a representatividade no Brasil, considerando o contexto atual?

- a) A participação política no Brasil é exclusivamente exercida por meio do voto nas eleições, enquanto a representatividade é assegurada pelos políticos eleitos, que atuam em nome dos interesses da sociedade.
- b) A participação política no Brasil é limitada aos partidos políticos, que representam os diferentes segmentos da sociedade, enquanto a representatividade é garantida pela atuação dos partidos no Congresso Nacional.
- c) A participação política no Brasil abrange diversas formas de engajamento cívico, como manifestações, petições, audiências públicas, entre outras, enquanto a representatividade é assegurada pela atuação dos parlamentares eleitos.
- d) A participação política no Brasil é restrita aos políticos profissionais, enquanto a representatividade é garantida pela participação dos cidadãos em consultas populares promovidas pelo governo.
- e) A participação política no Brasil é determinada pela influência econômica dos grupos de interesse, enquanto a representatividade é assegurada pela atuação dos lobistas junto aos legisladores.

GABARITO: C

COMENTÁRIO: Vamos analisar o gabarito comentado para cada alternativa: a) Incorreta. A participação política no Brasil vai além do ato de votar e inclui diversas formas de engajamento cívico, como protestos, movimentos sociais, participação em conselhos e audiências públicas. A representatividade também não se restringe apenas aos políticos eleitos, pois pode ser exercida por organizações da sociedade civil e outros atores. b) Incorreta. Embora os partidos políticos tenham um papel na representação de diferentes interesses na sociedade, a participação política vai além dos limites partidários e inclui ações individuais e coletivas dos cidadãos. Além disso, a representatividade não se restringe à atuação dos partidos no Congresso Nacional, pois também envolve outras instituições e formas de representação. c) Correta. Esta alternativa reflete de forma adequada a relação entre participação política e representatividade no Brasil. A participação política abrange uma variedade de formas de envolvimento cívico, enquanto a representatividade é assegurada pela atuação dos representantes eleitos, embora também possa ser exercida por outros meios. d) Incorreta. A participação política não se restringe aos políticos profissionais, e a representatividade não é exclusivamente garantida por meio de consultas populares promovidas pelo governo. Ambas são mais amplas e complexas, envolvendo uma série de atores e instituições.) Incorreta. Embora os grupos de interesse possam exercer influência na política, a participação política e a representatividade não são determinadas exclusivamente pela influência econômica. Além disso, a atuação dos lobistas não é o único meio de garantir a representação dos interesses da sociedade.

26) O Decreto nº 7.037/09 aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, que será implementado de acordo com diversos eixos orientadores e suas respectivas diretrizes. Sobre o tema, é incorreto afirmar:

- A) O Eixo Orientador V trata sobre Educação e Cultura em Direitos Humanos, tendo como uma de suas diretrizes o reconhecimento da educação não formal como espaço de defesa e promoção dos Direitos Humanos.
- B) A implementação do PNDH-3, além dos responsáveis nele indicados, envolve parcerias com outros órgãos federais relacionados com os temas tratados nos eixos orientadores e suas diretrizes.
- C) O combate às desigualdades estruturais não é diretriz integrante do PNDH-3.
- D) O reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado é diretriz integrante do Eixo Orientador referente ao Direito à Memória e à Verdade.
- E) O Eixo Orientador III dispõe sobre a universalização de direitos em um contexto de desigualdades.

GABARITO: C

Comentário: a alternativa “c” está incorreta, portanto, é o gabarito, porque o combate às desigualdades estruturais corresponde à diretriz 9, integrante do Eixo Orientador III, do PNDH-3, prevista pelo artigo 2º, III, “c”, do Decreto nº 7.037/09. Todas as demais alternativas estão certas, logo, não podem ser consideradas como gabarito, visto que a questão exige a alternativa incorreta.

27) O Direito Ambiental brasileiro é informado por uma série de princípios gerais. Um deles apregoa que os recursos naturais devem ser utilizados de forma racional e responsável para evitar o seu esgotamento diante de sua finitude. Ademais, a preservação dos bens ambientais é necessária para garantir a manutenção desses recursos para as presentes e futuras gerações, nos moldes do que dispõe a Constituição Federal. O princípio mencionado corresponde ao:

- A) Poluidor-pagador.
- B) Usuário-pagador.
- C) Prevenção.
- D) Desenvolvimento Sustentável.
- E) Prevenção.

GABARITO: D

Comentário: a questão descreve o princípio do desenvolvimento sustentável. Segundo ele, devemos partir da premissa de que o meio ambiente contém vários recursos naturais que podem ser de grande valia para o ser humano, devendo haver um equilíbrio entre a finitude desses recursos naturais e as necessidades humanas, ou seja, o ser humano pode explorar os recursos provenientes da natureza, mas precisa fazê-lo com racionalidade, uma vez que eles são passíveis de esgotamento.

28) Eduardo está desempregado e em razão de sua situação decide procurar um cargo em comissão para ocupar. Ao conversar com um amigo advogado sobre seu caso, ele deve receber a seguinte orientação, com base na Constituição Federal:

- A) Eduardo poderá ocupar o cargo em comissão, desde que tenha nível superior na respectiva área de atuação.
- B) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- C) Eduardo poderá ocupar o cargo em comissão, mas não poderá exercer atribuições de direção, chefia e assessoramento, pois a Constituição exige que tais cargos sejam ocupados apenas nos casos de calamidade pública.
- D) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção e assessoramento.
- E) Eduardo só poderá ocupar o cargo em comissão se não tiver sido demitido de seu último emprego por justa causa, o que deverá ser comprovado por meio de certidão obtida junto à repartição competente da Justiça do Trabalho.

GABARITO: B

Comentário: a Constituição Federal em seu artigo 37, V, dispõe que as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. Como Eduardo não é servidor de carreira, não poderá ocupar o cargo em comissão, o que inviabiliza as alternativas “a”, “c” e “e”. No caso da alternativa “a”, não há menção na Constituição sobre a exigência de nível superior. A alternativa “c” está errada porque não há menção sobre a existência de calamidade pública para ocupar tais cargos. Do mesmo modo, a letra “e” também está incorreta porque não se exige a ausência de justa causa. A letra “d” está errada porque, nos termos da Constituição, os cargos em comissão, serão preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, e se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. Logo, a alternativa “b” é a única que corresponde com exatidão à previsão constitucional.

29) A Lei nº 13.146/15, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi editada para fomentar a proteção e a inclusão das pessoas que tenham algum tipo de deficiência, adotando o modelo social, segundo o qual a pessoa com deficiência não é um problema que deve ser tratado, mas sim a sociedade que deve ser tratada porque cria barreiras que dificultam, ou, muitas vezes, até impedem que ela usufrua plenamente do meio social. Nesse sentido, os produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social, são denominados:

- A) Tecnologia assistiva ou ajuda técnica.
- B) Desenho universal.
- C) Barreiras atitudinais.
- D) Elemento de urbanização.
- E) Mobiliário urbano.

GABARITO: A

Comentário: o Estatuto da Pessoa com Deficiência é uma lei inclusiva que se preocupa em integrar a pessoa com deficiência ao meio social, preconizando que não é ela que deve se adaptar ao mundo, mas o mundo que deve se adaptar a ela, eliminando as barreiras que limitam ou impedem sua plena qualidade de vida. No artigo 3º ela traz uma série de definições técnicas que são utilizadas ao longo do texto. Com base no inciso III do referido artigo, a questão define o que se entende por tecnologia assistiva ou ajuda técnica. As demais definições encontram-se nos incisos II (desenho universal), IV (barreiras atitudinais), VII (elemento de urbanização) e VIII (mobiliário urbano).

30) A Lei nº 8.112/90 prevê os requisitos básicos para investidura em cargo público. Suponha que Maria, brasileira naturalizada, deseje ocupar um cargo público, razão pela qual está estudando para prestar concurso público. Caso seja aprovada, Maria:

- A) Só poderá ser investida no cargo se comprovar a idade mínima de 16 anos.
- B) Jamais poderia ocupar um cargo público se fosse estrangeira, pois a lei proíbe em qualquer caso a investidura de estrangeiros em cargos públicos no Brasil.
- C) Poderá ser investida no cargo mediante o preenchimento dos requisitos previstos na Lei nº 8.112/90, não podendo haver a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.
- D) Não precisará comprovar a quitação com as obrigações eleitorais, apenas militares.
- E) Caso seja pessoa com deficiência, terá assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, sendo reservadas até 20% das vagas oferecidas no concurso para as pessoas com alguma deficiência.

GABARITO: E

Comentário: a Lei nº 8.112/90 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Seu artigo 5º, V, exige como um dos requisitos básicos para investidura em cargo público, a idade mínima de 18 anos. Logo, a alternativa “a” está errada. O artigo 5º, § 3º, dispõe que as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos previstos na lei, o que significa que é possível a investidura de estrangeiros em cargos públicos, o que torna a letra “b” incorreta. Por sua vez, o parágrafo 1º do mesmo artigo prevê que as atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei, fazendo com que a letra “c” esteja errada. Também é requisito para investidura a quitação das obrigações militares e eleitorais, portanto, a alternativa “d” está incorreta. Finalmente, a letra “e” é o gabarito correto.

31) No âmbito da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), ao tratar sobre a temática das dívidas e do endividamento, a definição básica correta é aquela prevista em:

- A) Dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 6 meses.
- B) Refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal, exceto atualização monetária.
- C) Operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- D) Dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, salvo os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- E) Concessão de garantia: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida apenas por ente da Federação.

GABARITO: C

Comentário: o artigo 29 da Lei Complementar nº 101/00 adota as seguintes definições:

I- dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;

V - refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

II - dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;

IV - concessão de garantia: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada;

Portanto, a alternativa correta é a letra “c”.

32) O sistema presidencialista de governo surge nos Estados Unidos com a elaboração da Constituição de 1787, buscando superar o sistema parlamentarista oriundo da Inglaterra colonizadora. Acerca de suas características essenciais adotadas pela Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar que:

- A) No presidencialismo a chefia é dual porque o chefe de Estado e o Chefe de Governo obrigatoriamente devem ser pessoas distintas.
- B) O Presidente poderá ser destituído do cargo pelo parlamento no momento em que não houver mais relação de confiança entre eles, podendo haver a chamada moção ou voto de desconfiança.
- C) O mandato do Presidente não tem tempo determinado, perdurando enquanto tiver ao seu lado a confiança do parlamento.
- D) No presidencialismo a chefia é monocrática, pois o poder é concentrado nas mãos do Presidente, cumulando as funções de chefe de Estado e chefe de Governo.
- E) No Brasil, desde que a República foi instaurada, o sistema presidencialista foi adotado, nunca tendo havido a adoção do sistema parlamentarista.

GABARITO: D

Comentário: no presidencialismo a chefia é monocrática, pois o poder é concentrado nas mãos do Presidente, cumulando as funções de chefe de Estado e chefe de Governo, sendo todas as funções executivas são concentradas dentro do Poder Executivo. Por isso, a letra “a” está incorreta. A letra “b” está errada porque descreveu uma característica do parlamentarismo. Neste, a existência de vínculo entre o Legislativo e o Executivo é fundamental, pois todo o sistema é construído a partir da ideia de que o Primeiro Ministro só consegue governar se o parlamento o apoiar, caso contrário, o desempenho de suas funções ficará insustentável, o que, conseqüentemente, levará a sua queda. O erro da letra “c” está em dizer que o mandato do Presidente não tem prazo certo, pois o artigo 82 da Constituição dispõe que o mandato do Presidente da República é de 4 anos e terá início em 5 de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição. Ademais, o parlamentarismo chegou a ser implantado no Brasil de maneira formal durante o período compreendido entre setembro de 1961 a janeiro de 1963, o que configura o erro da letra “e”. Assim, a alternativa correta é a letra “d”.

33) O Decreto-lei nº 200/67 foi editado para dispor sobre a organização da Administração Federal. Em termos de conceitos estruturais, é correto o que se afirma em:

- A) Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade limitada, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.
- B) Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- C) Empresa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
- D) Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.
- E) A Administração Indireta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

GABARITO: B

Comentário: existem dois erros na alternativa “a”. Sociedade de economia mista tem natureza de direito privado, não público. Em segundo lugar, ela deve necessariamente adotar a forma de sociedade anônima, e não limitada. A letra “b” está correta com base no artigo 5º, I, do decreto. Na letra “c” o erro está na natureza da empresa pública, pois esta é pessoa jurídica de direito privado. A alternativa “d” está incorreta porque fundação pública não tem fins lucrativos. Por fim, a letra “e” traz o conceito de Administração Direta, e não Indireta.

34) Ronaldo acabou de completar 60 anos de idade, passando a ser considerado idoso, nos termos do artigo 1º, da Lei nº 10.741/03. Ao se informar sobre as normas protetivas que agora se aplicam a ele, descobriu que:

- A) As unidades residenciais reservadas para atendimento a pessoas idosas devem situar-se, exclusivamente, no pavimento térreo.
- B) Aos maiores de 60 anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
- C) Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 65 anos, atendendo-se às suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.
- D) Às pessoas idosas, a partir de 70 anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 salário-mínimo, nos termos da Loas.
- E) É assegurada a atenção integral à saúde da pessoa idosa, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente as pessoas idosas.

GABARITO: E

Comentário: nos termos do artigo 38, parágrafo único, do Estatuto do Idoso, as unidades residenciais reservadas para atendimento a pessoas idosas devem situar-se, preferencialmente, no pavimento térreo (não exclusivamente). Por isso a letra “a” está errada. A letra “b” está incorreta porque o artigo 39 dispõe que aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares. Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas (não 65 anos). Logo, a alternativa “c” está errada. Conforme artigo 34, às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Loas, tornando errada a letra “d”. Assim, a letra “e” é o gabarito correto.

35) A Constituição Federal ao dispor sobre Tributação e Orçamento estabelece as regras gerais sobre o Sistema Tributário Nacional. Dentre os assuntos abordados, há a previsão de diversas normas referentes às espécies tributárias e orçamentos. Com base nessas disposições, analise os itens abaixo:

- I- Compete à União instituir impostos sobre grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
- II- As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- III- Os entes federados não podem instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- IV- A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Estão corretos APENAS os itens:

- A) I e II.
- B) II, III e IV.
- C) I, III e IV.

D) II e IV.

E) I e IV.

GABARITO: C

Comentário: o item I está certo, com base no artigo 153, VII, CF. O item II está errado porque o artigo 145, § 2º, CF, prevê que as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos. O item III está certo com base no artigo 150, II, CF. Por fim, o item IV está correto com fundamento no artigo 165, § 2º, CF. Portanto, a letra “c” é o gabarito correto.

36) Alessandro, estudante de Direito, perguntou a um de seus professores sobre a legislação nacional que dispõe sobre os grupos vulnerabilizados, para elaboração de uma dissertação. Assinale a alternativa que indica uma informação verdadeira fornecida pelo professor:

A) O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dispõe que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. A norma procurou homenagear o papel protagonizado pelos quilombolas na resistência ao injusto regime escravista.

B) A Constituição Federal, em seu artigo 231, confere a propriedade das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios a essas comunidades, cabendo à União proceder ao respectivo procedimento demarcatório.

C) O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 3239/DF, reconheceu a inconstitucionalidade da norma contida no artigo 68 do ADCT, concluindo pela impossibilidade de reparação histórica pelos danos sofridos pelas comunidades remanescentes dos quilombos.

D) Os programas de amparo aos idosos serão executados excepcionalmente em seus lares.

E) Segundo atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, é inadmissível o reconhecimento da validade das uniões estáveis homoafetivas, impossibilitando sua equiparação às uniões heteroafetivas.

GABARITO: A

Comentário: a letra “a” está correta, tendo o STF se pronunciado sobre a validade da norma, o que também torna errada a letra “c”. A alternativa “b” está incorreta porque a propriedade das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios pertence à União, cabendo a essas comunidades o respectivo usufruto. A letra “d” está errada porque o artigo 230, § 1º, da Constituição Federal, determina que os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares. A alternativa “e” está errada porque é pacífico na jurisprudência do STF e do STJ que as uniões estáveis homoafetivas são válidas, assim como o casamento.

37) A Lei nº 12.527/11, conhecida como Lei de Acesso à Informação, foi um importante marco da legislação nacional. Alice, cidadã brasileira, dirigiu-se a um órgão público e requereu algumas informações de interesse coletivo. Todavia, o funcionário responsável informou que não poderia atender ao seu pedido. Com base nas informações fornecidas, assinale a alternativa correta:

A) Se a informação for parcialmente sigilosa, Alice não terá direito a acessar seu conteúdo de qualquer forma.

B) Se a informação requerida tiver sido extraviada, Alice não poderá requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação, devendo se dirigir ao Ministério Público e informar o ocorrido para que este tome as providências cabíveis.

C) O acesso à informação não compreende aquelas informações sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.

D) As autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios não se subordinam ao regime da Lei de Acesso à Informação.

E) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

GABARITO: E

Comentário: a alternativa “a” está errada porque o artigo 7º, § 2º, da lei, determina que quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo. Já o parágrafo 5º do mesmo artigo aduz que informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação. Informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços está compreendida no direito de acesso à informação, conforme artigo 7º, V. Por isso, a letra “c” está incorreta. As autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios subordinam-se ao regime da Lei nº 12.527/11, conforme artigo 1º, parágrafo único, II. Assim, a letra “d” está errada. Com isso, a alternativa “e” está certa, com base no artigo 8º da lei.

38) O Decreto nº 9.203/2017 dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Tendo por base suas disposições, são princípios da governança pública, exceto:

- A) Capacidade de resposta.
- B) Competência.
- C) Confiabilidade.
- D) Prestação de contas e responsabilidade.
- E) Transparência.

GABARITO: B

Comentário: a questão pede para assinalar a alternativa que não prevê um princípio da governança pública, sendo estes previstos pelo artigo 3º do Decreto nº 9.203/2017:

I - capacidade de resposta;

II - integridade;

III - confiabilidade;

IV - melhoria regulatória;

V - prestação de contas e responsabilidade; e

VI - transparência.

Portanto, a única alternativa que não prevê um princípio é a letra “b”, que traz uma das condições mínimas para o exercício da boa governança (art. 5º, I, “b”).

39) Joaquim, servidor público há 20 anos, sempre desempenhou, a tempo, as atribuições do seu cargo, agindo com probidade e lealdade. Um dia, conversando com um amigo, acabou revelando, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política capaz de afetar o preço de certa mercadoria. Diante das normas previstas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta:

- A) Joaquim cometeu ato de improbidade administrativa, violando o dever fundamental de probidade previsto no Decreto nº 1.171/94.
- B) Joaquim não cometeu qualquer ato ilícito, mantendo-se ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter.
- C) Ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos não é dever dos servidores públicos.
- D) Em que pese Joaquim tenha feito uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício de um amigo, ele não infringiu qualquer vedação constante no Decreto nº 1.171/94.
- E) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de demissão e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

GABARITO: A

Comentário: Joaquim, de fato, cometeu ato de improbidade administrativa, violando um dos deveres fundamentais do servidor público. Com isso, a alternativa "a" é o gabarito correto, e a letra "b", conseqüentemente, está errada, pois traz informação oposta à letra "a". Ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos é um dos deveres fundamentais do servidor público (Decreto nº 1.171/94 – Anexo – XIV "f"). Logo, a alternativa "c" está errada. Joaquim infringiu vedação imposta aos servidores públicos quando fez uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício de um amigo (Decreto nº 1.171/94 – Anexo – XV "m"), tornando errada a letra "d". Por fim, a letra "e" está incorreta porque a pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso (Decreto nº 1.171/94 – Anexo – XXII).

40) Conforme o artigo 1º, parágrafo único, da Constituição Federal, todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. Assim, pode-se afirmar que um instrumento de participação direta do cidadão na democracia é:

- A) A elaboração de leis delegadas pelo Presidente da República.
- B) O manejo de ação popular por parte dos brasileiros natos, naturalizados e estrangeiros residentes no país.
- C) O mandado de segurança coletivo impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.
- D) A realização de plebiscitos e referendos.
- E) A iniciativa popular para apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 2% do eleitorado nacional.

GABARITO: D

Comentário: a participação direta do cidadão na democracia ocorre sem a presença de intermediários ou representantes. No caso da alternativa "a" quem está elaborando a lei é o Presidente da República, logo, não se enquadra no conceito de participação direta. A ação popular só pode ser manejada por cidadão, inviabilizando seu uso por estrangeiros, razão pela qual a letra "b" está errada. O mandado de segurança coletivo também não é instrumento de participação direta do cidadão porque é impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados, tornando errada a letra "c". Já a alternativa "d" é o gabarito, pois plebiscito e referendo são formas de consulta à população, enquadrando-se no conceito de participação direta. Por fim, a letra "e" está errada porque o projeto de lei de iniciativa popular deve ser subscrito, no mínimo, por 1% do eleitorado nacional (não 2%).

41) O meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Embora possua caráter unitário, geralmente é classificado em algumas categorias para melhor estudo e proteção. Diante dessas informações, é incorreto o que se afirma em:

- A) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- B) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- C) Integram o patrimônio nacional, nos termos da Constituição Federal, a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Restinga.
- D) O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- E) São tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

GABARITO: C

Comentário: a alternativa "a" está correta, com base no artigo 225, § 5º, da Constituição Federal. Da mesma forma, a letra "b" está certa, pois reproduz o teor do artigo 225, § 6º, CF. A alternativa "c" está errada (e é o gabarito) porque o patrimônio nacional é formado pela Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira, não havendo menção à restinga, nos moldes do parágrafo 4º do artigo 225 CF. A letra "d" está certa, com fundamento no artigo 216, § 1º, CF, e a alternativa "e" também

está certa, com base no artigo 216, § 5º, CF.

42) Diante dos avanços tecnológicos dos últimos tempos, surgiu a necessidade de se editar uma lei para disciplinar os princípios, regras e instrumentos do Governo Digital, culminando na elaboração da Lei nº 14.129/21. Nesse sentido, no caso de indeferimento de abertura de base de dados, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de:

- A) 15 dias, contado de sua ciência.
- B) 5 dias, contado de sua ciência.
- C) 10 dias, contado de sua ciência.
- D) 20 dias, contado de sua ciência.
- E) 30 dias, contado de sua ciência.

GABARITO: C

Comentário: o artigo 35 da Lei nº 14.129/21 dispõe que no caso de indeferimento de abertura de base de dados, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias, contado de sua ciência. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias. Portanto, a única alternativa correta é a letra "c". Trata-se de questão extremamente objetiva.

43) Nos termos do Decreto nº 11.529/23, a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal compreende a:

- A) Abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal, para promover pesquisas, estudos, inovações, geração de negócios e participação da sociedade no acompanhamento e na melhoria de políticas e serviços públicos.
- B) Transparência ativa, mas não a passiva.
- C) Transparência passiva, mas não a ativa.
- D) Abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública estadual, para promover pesquisas, estudos, inovações, geração de negócios e participação da sociedade no acompanhamento e na melhoria de políticas e serviços públicos.
- E) Apenas a transparência passiva, para garantir a divulgação de informações nos sítios eletrônicos oficiais.

GABARITO: A

Comentário: façamos a leitura do artigo 10 do Decreto nº 11.529/23:

Art. 10. A Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal compreende a:

I - transparência passiva, para garantir a prestação de informações em atendimento a pedidos apresentados à administração pública federal com fundamento na Lei nº 12.527, de 2011;

II - transparência ativa, para garantir a divulgação de informações nos sítios eletrônicos oficiais; e

III - abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal, para promover pesquisas, estudos, inovações, geração de negócios e participação da sociedade no acompanhamento e na melhoria de políticas e serviços públicos.

Perceba que a letra "a" é o gabarito correto, estando de acordo com o inciso III do artigo 10. As letras "b" e "c" estão erradas porque ambas as transparências são compreendidas pela política. A alternativa "d" está errada porque o inciso III menciona os dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal (não estadual). Por fim, a letra "e" está incorreta porque também conceitua errado a transparência passiva.

44) De acordo com a Lei nº 12.187/09, que instituiu no Brasil a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema, em função de sua sensibilidade, capacidade de adaptação, e do caráter, magnitude e taxa de mudança e variação do clima a que está exposto, de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, entre os quais a variabilidade climática e os eventos extremos é denominado:

- A) Fonte.
- B) Impacto.
- C) Mitigação.
- D) Sumidouro.
- E) Vulnerabilidade.

GABARITO: E

Comentário: o artigo 2º da Lei nº 12.187/09 traz diversas definições utilizadas ao longo do texto legal. Na questão apresentada, ela define o conceito de vulnerabilidade, previsto pelo inciso X do artigo 2º. Logo, todas as demais alternativas estão incorretas porque não correspondem ao conceito descrito pelo enunciado.

45) A respeito dos prazos previstos na Lei nº 8.112/90, pode-se afirmar que a ação disciplinar prescreverá, quanto à suspensão, em:

- A) 5 anos.
- B) 2 anos.
- C) 180 dias.
- D) 3 anos.
- E) 1 ano.

GABARITO: B

Comentário: observe o artigo 142 da Lei nº 8.112/90:

Art. 142. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

Existem três prazos de prescrição previstos no artigo 142. Naquelas infrações puníveis com suspensão, o prazo será de 2 anos.

46) Considere as afirmativas a seguir acerca das normas constitucionais sobre orçamentos:

I- O plano plurianual será estabelecido por lei de iniciativa do Poder Judiciário.

II- A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

III- O Poder Executivo publicará, até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- A) I.
- B) II e III.
- C) III.
- D) II.
- E) I e III.

GABARITO: D

Comentário: o item I está errado porque o plano plurianual será estabelecido por lei de iniciativa do Poder

Executivo (art. 165, I, CF). O item II está correto, com base no artigo 165, § 1º, CF. Finalmente, o item III está errado porque o artigo 165, § 3º, CF, dispõe que o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

47) Lucas, adolescente com 15 anos de idade, sofre diversas agressões por parte de seu padrasto, tendo sua mãe ciência de todos os fatos. Inconformada com a situação, uma de suas vizinhas resolve procurar o Conselho Tutelar para adoção das providências cabíveis. Ao conversar com João, conselheiro tutelar, foi informada corretamente que:

A) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais, desde que não praticado por pessoa próxima ao menor.

B) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade, desde que o menor não esteja sob o Poder Familiar de seus pais.

C) Apenas as crianças têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

D) As entidades, públicas ou privadas, que abriguem ou recepcionem crianças e adolescentes, salvo em caráter temporário, devem ter, em seus quadros, profissionais capacitados a reconhecer e reportar ao Conselho Tutelar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos.

E) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

GABARITO: E

Comentário: o artigo 5º do ECA dispõe que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Logo, a alternativa “a” está errada. Conforme artigo 3º do ECA, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Assim, a alternativa “b” está errada. A alternativa “c” está incorreta porque o artigo 7º do ECA diz que a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Já a letra “d” está errada porque o artigo 94-A do ECA aduz que as entidades, públicas ou privadas, que abriguem ou recepcionem crianças e adolescentes, ainda que em caráter temporário, devem ter, em seus quadros, profissionais capacitados a reconhecer e reportar ao Conselho Tutelar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos. Por isso, a letra “e” é o gabarito correto.

48) O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial foi instituído pelo artigo 47 da Lei nº 12.288/10. Acerca das disposições pertinentes ao tema, pode-se afirmar que são objetivos desse sistema, exceto:

A) Promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas.

B) Formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra.

C) Centralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais.

D) Articular planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica.

E) Garantir a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas e o cumprimento das metas a serem estabelecidas.

GABARITO: C

Comentário: os objetivos do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial são previstos pelo artigo 48 do Estatuto da Igualdade Racial. A alternativa “c” está incorreta (e é o gabarito) porque o artigo 48, III, dispõe que

um dos objetivos é descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais. Assim, todas as demais alternativas apresentam corretamente os objetivos do sistema.

49) Eduardo pretende prestar concurso público para ingresso nos quadros da Administração Pública. Ao estudar as previsões constitucionais sobre os servidores públicos, conseguiu verificar que:

- A) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- B) É admitida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- C) Poderão ser estabelecidos por lei ordinária do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- D) Lei poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- E) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, exceto mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

GABARITO: A

Comentário: a alternativa “a” está correta, com base no artigo 39, § 6º, CF. A letra “b” está errada porque o artigo 39, § 9º, CF dispõe que é vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo. A alternativa “c” está incorreta porque o artigo 40, § 4º-A, CF, prevê que poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar. Já a letra “d” está errada porque o artigo 40, § 10, CF, diz que a lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício. Por fim, o artigo 40, § 13, dispõe que se aplica ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

50) Ao dispor sobre a recondução da dívida aos limites, a Lei Complementar nº 101/00 prevê que se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos:

- A) 20% no primeiro.
- B) 30% no primeiro.
- C) 15% no primeiro.
- D) 25% no primeiro.
- E) 5% no primeiro.

GABARITO: D

Comentário: nos termos do artigo 31 da Lei de Responsabilidade Fiscal, se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro. Logo, a única alternativa possível é a letra “d”.



1ª MARATONA
QCONCURSOS CNU